

A PROTEÇÃO AMBIENTAL EM GUARAQUEÇABA: SUBSTITUIÇÃO DE AGENTES E DE CONCEPÇÕES SOBRE A RELAÇÃO SOCIEDADE-MEIO AMBIENTE

Cristina Teixeira

O presente trabalho desenvolveu-se na Linha de Pesquisa *Sistemas Sociais, Técnicos e Naturais em Áreas Rurais – Programa de Pesquisa Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Natureza em Áreas de Proteção Ambiental: permanência e mudança nos domínios social e natural no caso do litoral norte do Paraná (Programa do Litoral Norte)*, do curso de *Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE)* da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O Programa do Litoral Norte selecionou como espaço de estudo a APA de Guaraqueçaba, localizada no litoral norte do Paraná, concentrando sua atenção sobre a pequena agricultura familiar.

A proteção ambiental em Guaraqueçaba iniciou-se em 1981, com a implantação do escritório do órgão ambiental estadual no local, ou seja, antes mesmo da criação de unidades de conservação (UC). As primeiras, criadas pela Secretaria Especial do Meio Ambiente do Governo Federal (SEMA), foram a Estação Ecológica, em 1982, e a APA em 1985¹. Desde então, tal processo enfrenta uma questão crucial definida a partir da relação entre desenvolvimento e proteção ambiental.

As características ambientais de Guaraqueçaba justificam porque este espaço atraiu a proteção ambiental. As características socioeconômicas justificam porque ele exigiu desenvolvimento. Nesta região se encontra o principal remanescente da Floresta Atlântica do país e um importante estuário, nos quais vive uma sociedade formada, na sua maioria, por pequenos agricultores e pescadores que enfrentam graves problemas socioeconômicos. Desde o início da proteção esta sociedade foi considerada pelos agentes da proteção e a seguinte questão se colocava: qual a proteção e qual o desenvolvimento deveriam ser ali implantados? O objetivo principal da proteção ambiental sempre foi a proteção do meio natural, ainda que a população local tenha sido pensada como um dos elementos constitutivos do espaço a ser protegido. Mas, qual o papel da sociedade local nessa proteção? A resposta a estas questões, em forma de ações de proteção e de concepções sobre a relação entre a sociedade e o meio natural, constituiu a história da proteção ambiental em Guaraqueçaba.

¹ Além destas UC foram delimitadas na região de Guaraqueçaba: ARIE do Pinheiro e Pinheirinho, o Parque Nacional do Superagüi, a RPPN do Sebuí, a RPPN Salto do Morato. Ainda, encontra-se em fase de constituição de uma RPPN, a Reserva Natural Serra do Itaqui.

Instituições governamentais ambientais - estaduais e federais – e organizações não-governamentais (ONGs) idealizaram e executaram a proteção ambiental em Guaraqueçaba e são os agentes deste processo. Entre eles estabeleceram-se relações de interação e de conflito, gerando, a partir de seus interesses, possibilidades e limites institucionais e conjunturais, ações articuladas ou paralelas acompanhadas de concepções sobre a relação entre sociedade local e sua utilização dos recursos naturais que se pretendia proteger.

Considera-se que o processo de proteção ambiental em Guaraqueçaba é socialmente dinâmico e histórico. Entende-se a proteção ambiental em Guaraqueçaba como uma construção social², na qual as ações sociais voltadas à proteção devem ser compreendidas a partir da relação entre o idealizado, também construído socialmente, e as condições objetivas de sua realização.

Em períodos distintos, os diferentes agentes da proteção ambiental refletiram sobre a questão acima colocada e planejaram ou executaram ações de proteção ambiental. Este *paper* apresenta dois momentos da proteção ambiental em Guaraqueçaba que ocorreram entre 1981 a 1999, observando particularmente a relação entre a mudança dos agentes da proteção e a mudança de perspectivas em relação ao papel da sociedade local nesta proteção, particularmente da pequena agricultura.

Identificou-se dois grandes períodos da proteção ambiental em Guaraqueçaba³. O período de implantação da proteção (1981-1990) caracterizou-se por ações de proteção executadas por órgãos governamentais, no qual prevaleceu uma concepção social da pequena agricultura. O período da consolidação (1991-1999), contou com novos agentes, principalmente as ONGs, e uma concepção ambiental da pequena agricultura⁴.

² Considerando a proteção ambiental como um fenômeno social, recorreu-se a teorias da ação social que procuram articular as dimensões subjetiva e objetiva da ação, para a explicação das ações sociais que constituem um fenômeno social. , foi concebida por teorias sociais classificados como teorias construtivistas, dentre elas a teoria da ação social de Pierre Bourdieu. Procurando pensar conjuntamente aspectos da realidade que se tornaram oposições clássicas nas ciências sociais – idealismo e materialismo, sujeito e objeto, coletivo e individual – as teorias construtivistas consideram que a realidade social é construída historicamente por ações sociais, individuais ou coletivas, vistas como o resultado de construções anteriores e, ao mesmo tempo, como processos constantes de reestruturação destas construções. Assim se constitui a história da sociedade e a história da relação da sociedade com o meio ambiente. Uma síntese das teorias construtivistas pode ser encontrado em CORCUFF, P. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Bauru (SP): EDUSC, 2001.

³ As informações para realização desta periodização foram retiradas de pesquisa bibliográfica, documental, depoimentos registrados, depoimentos obtidos através de entrevistas, além da consulta a imprensa)TEIXEIRA, 2004)

⁴ Um terceiro período vem se esboçando (2000-2002), caracterizado pela privatização da proteção ambiental e pela criação de conselhos deliberativos com a participação da sociedade local (exigência do atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Mas, ainda o consideramos como uma extensão do período da consolidação por manter os mesmos agentes e a mesma perspectiva diante da proteção.

A APA de Guaraqueçaba

Distante 167 km de Curitiba, a APA de Guaraqueçaba possui uma extensão de 3.143 km (IPARDES, 2001) e 8.288 habitantes, sendo que a maior parte - 68,85% - vive na zona rural. A população se distribui em 20 localidades ao longo dos vales dos rios. A densidade demográfica é de 4,09 hab/km²⁵. A pequena agricultura corresponde a maior parte das atividades produtivas locais, relativas a produção de banana e mandioca (ROCHA, 2004).

A APA abrange todo o município de Guaraqueçaba que ocupa 81,83% de seu espaço. Por este motivo tomamos como referências dados do município para caracterização da população e das atividades produtivas locais. Com uma extensão continental e uma extensão costeira e estuarina, possui uma variedade de ambientes: serra do mar, planície litorânea, ilhas e manguezais, além de parte do oceano Atlântico abrigando enorme diversidade florística, faunística e espécies endêmicas ameaçadas, ainda que seja uma região considerada relativamente conservada (IPARDES, 2001, p.iii).

Para além da importância dada às suas características ambientais, Guaraqueçaba é considerada um importante patrimônio cultural, representado por pescadores e agricultores que guardam remanescentes da cultura “tradicional” caiçara, inclusive nas práticas de uso dos recursos naturais (IPARDES, 2001).

A floresta encontrada pelos primeiros colonizadores portugueses já sugeria um processo de co-evolução entre sociedade e natureza (DEAN, 2000; DOMINGUES, 2004). Mas as grandes modificações provocadas pela antropização sobre o meio natural acentuaram-se no final do século XIX e início do século XX, durante o período de prosperidade socioeconômica decorrente do desenvolvimento da produção e comercialização de produtos agrícolas, principalmente a banana (MIGUEL, 1997).

O período de prosperidade foi seguido pela crise do modelo econômico local, levando o município à decadência econômica e cultural. A partir dos anos 30, Guaraqueçaba estaciona nesta decadência caracterizada pelo empobrecimento dos agricultores locais, particularmente da pequena agricultura familiar. Perde para outras regiões o mercado da banana, seu principal produto, e a exploração do palmito intensifica-se com o aumento da demanda de outras regiões do país (Id.).

⁵Dados sobre população: IBGE. **Censo Demográfico 2000** Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/ibge/estatística/população/censo2000/sinope.php> > Acesso em 25, out., 2003.

Nos anos 60, a chegada dos neolatifundiários - grupos de empresas madeireiras e grupos industriais e comerciais que instalaram em grandes propriedades destinadas à exploração dos recursos naturais ou à especulação – intensificou a exploração de recursos naturais (madeira, palmito) e expropriou agricultores e pescadores e acentuando a pobreza da população local (MIGUEL,1997).

Paralelamente, a pesca entra em crise em decorrência da superexploração dos recursos pesqueiros, especialmente o camarão, desencadeada pela pesca predatória ilegal realizada no estuário. Esta prática reduziu os recursos que abasteciam as comunidades de pescadores (FUNDAÇÃO SOS...1986; ROUGELLE,1993).

Diante deste quadro inicia-se a proteção ambiental em Guaraqueçaba nos anos 80. As características ambientais da região aliadas ao desenvolvimento do movimento ambiental no Brasil e no mundo, atraíram a atenção de organismos internacionais, dos governos estadual e federal e de ONGs ambientalistas. O meio natural considerado um ambiente conservado, se encontrava em vias de degradação. A responsabilidade deste quadro foi atribuída a esta dinâmica social que ora se desencadeava na região, decorrente da nova ocupação iniciada nas décadas anteriores.

A proteção priorizou a conservação ambiental em um espaço caracterizado por sérios problemas econômicos e sociais e insatisfatoriamente atingido por políticas e programas de desenvolvimento. Tornou-se mais um obstáculo para a maior parte da sociedade local, na medida em que restringiu o uso dos recursos naturais necessários à produção e complementação de suas atividades produtivas (MIGUEL, 1997; MIGUEL, ZANONI, 1998).

Atualmente, mesmo os ganhos elevados de arrecadação graças ao recebimento do ICMS ecológico (todo o município está inserido em UC), Guaraqueçaba possui um dos 10 piores IDH do estado do Paraná.

A implantação da proteção ambiental em Guaraqueçaba: proteção e justiça social

O período da implantação da proteção ambiental está compreendido entre os anos de 1981 e 1990. Esse período é concomitante ao desenvolvimento do movimento ambiental e a paralela institucionalização da questão ambiental no Brasil que trouxeram definitivamente o debate sobre o meio ambiente para o poder público (ACSELRAD, 2001;LEIS,VIOLA, 1996).

A discussão internacional sobre a relação entre crescimento econômico e meio ambiente, particularmente após o Relatório Brundtland de 1987 (NOBRE, 2002), e a

discussão sobre a ocupação humana em UC, foram lentamente incorporadas por órgãos governamentais e ONGs no Brasil. Foram criadas categorias de UC “ocupadas” nas quais se aplicaria a idéia de uso racional dos recursos naturais, como no caso da APA, além da necessidade de proteção de práticas tradicionais afins à conservação dos recursos naturais (BRITO, 2000).

Paralelamente, a redemocratização do Brasil após a abertura política do governo militar, influenciou a “politização” do movimento ambiental e a democratização da questão ambiental, enfatizando a crítica ao modelo de desenvolvimento brasileiro. Os anseios de justiça social, até então exteriores ao Estado, puderam se manifestar na administração pública, inclusive nos órgãos relacionados ao meio ambiente.

O estado do Paraná fez eco às transformações ocorridas dando uma característica própria a sua política ambiental. Com o processo eleitoral de 1982, o governo estadual eleito (PMDB) incorporou à crítica ao modelo de desenvolvimento econômico enfocando particularmente a modernização agrícola desenvolvida nas décadas anteriores. Além dos impactos ambientais, principalmente a erosão, a expansão da agricultura modernizada havia provocado a redução do número de pequenas propriedades colocando em risco a reprodução da agricultura familiar no estado (PARANÁ/Comitê..., 1985). Algumas medidas foram propostas para solucionar os problemas decorrentes do “impacto ambiental” e do “impacto social” da agricultura modernizada.

O Programa de Estado para o Meio Ambiente (PEMA), de 1984, foi desenvolvido pela Secretaria de Estado da Agricultura (SEAB) e pela Secretaria do Interior, podendo ser considerado como a síntese das idéias e das propostas de ação dos órgãos estaduais e do movimento ambientalista do Paraná. Ele foi elaborado a partir de consulta, com prévia discussão, aos órgãos estaduais e às populações que estariam envolvidas nas ações pretendidas (Id.). Este Programa inovava em termos de política ambiental, pois tinha a perspectiva de incluir a preocupação ambiental como parte de outras políticas e ações do Estado (MIGUEL, 1997).

Foi dada atenção especial ao litoral paranaense, mediante as ameaças da recente ocupação para veraneio. Nesse período foi criado o Conselho do Litoral (1984), órgão deliberativo, que efetivou a Lei de Uso do Solo do Litoral⁶.

⁶ Lei estadual 7.389/80 modificada em 1986 pelo decreto 8.743/86. Regulamentou a utilização de áreas rurais acima da cota altimétrica de 20m. Isto passou a ser efetivamente com o Macrozoneamento do Litoral de 1989.

Apesar da preocupação com a agricultura familiar no estado, o município de Guaraqueçaba, sem grande importância econômica e política para o estado na década de 80, recebeu insuficientes e inadequadas iniciativas de programas de desenvolvimento para a pequena agricultura, cuja principal produção era a banana, mandioca e feijão (MIGUEL, 1997; ROCHA, 2004).

Desde os anos 60, os programas de incentivos fiscais, particularmente o Fiset - Fundos de Investimento Setoriais (1974) atraíram para Guaraqueçaba os “neolatifundiários”, que chegaram a se apropriar de 80% do território da região e utilizavam os recursos captados nos programas federais para outros fins (MIGUEL, 1997).

A ocupação e a expansão fundiária dos neolatifundiários, através de regularização duvidosa de suas posses ou grilos, acarretaram a concentração fundiária e a minifundização das propriedades locais. Isto ocorreu através de conflitos violentos que resultaram, em geral, no deslocamento espacial dos pequenos agricultores para terras menos férteis, com menor acesso aos recursos florestais (Id.). Muitos só conseguiram se manter através da agricultura de subsistência ou do trabalho em atividades remuneradas fora de sua produção (Id.; KARAM, TOLEDO, 1996).

Na planície, nas encostas de menor altitude e nos terraços e vales aluviais, os novos latifúndios desenvolviam principalmente a bubalinocultura. Nas encostas médias e mais elevadas, realizavam o extrativismo, principalmente a exploração de madeira na forma de “exploração seletiva” ou de “corte raso de vegetação”, de forma “...ilegal, corriqueiro e predatório” (PARANÁ. SEPL, 1987, p. 4).

Nesse período iniciou-se a construção de estradas para dar acesso ao município de Guaraqueçaba. Em 1970 a PR 404 foi inaugurada. Os 80 km que ligaram Guaraqueçaba a Antonina foram construídos a partir da “pressão” dos neolatifundiários que contavam com a abertura de estradas para escoamento da produção e acesso às suas propriedades. A estrada mais esperada era a BR 101 que atravessaria o litoral e ligaria Guaraqueçaba a São Paulo (DOMINGUES, TEIXEIRA, 2002).

Juntamente com o esgotamento dos recursos pesqueiros, essa conjuntura acelerou a delimitação de UC então reivindicadas por ambientalistas paulistas e técnicos da SEMA federal que idealizaram a proteção do Lagamar, complexo estuarino-lagunar que se estenderia de Iguape, no litoral paulista, até Paranaguá, no litoral paranaense. Concomitantemente, o estado do Paraná se volta para a regularização fundiária e para a proteção ambiental do litoral, incrementando as ações do órgão responsável pelo meio ambiente naquela região.

Em 1980 foi instalado o escritório do Instituto de Terras e Cartografia em Guaraqueçaba (ITC), órgão com atribuições ambientais do estado, é que se pode referir ao início da proteção ambiental. Órgão originariamente voltado à regulamentação da ocupação de terras no estado, o ITC acrescentou em suas atribuições o controle exploração dos recursos naturais, principalmente os recursos florestais. Em 1985 se torna o Instituto de Terras, Cartografia e Floresta (ITCF) (IAP, 2002).

O ITCF/ITCF subordinava-se a SEAB e era influenciado pela política ambiental e pela política agrícola do estado. Os técnicos que instalaram os escritórios no litoral eram basicamente engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas, possuindo uma relação estreita com movimentos políticos ou sociais que gravitavam em torno do tema da “justiça social”. A administração desses escritórios procurou estender o processo de democratização nacional e estadual ao seu funcionamento interno.

Paralelamente, as primeiras ações de controle do ITC/ITCF, a SEMA procurava, a partir de 1982, realizar as ações necessárias (formação de grupo interinstitucional, zoneamento, construção da sede...) para a implantação de suas UC: A Estação Ecológica de Guaraqueçaba, criada em 1982 e a APA de Guaraqueçaba, criada em 1985.

O ITC/ITCF foi o principal agente da proteção nesse período. No decreto de criação da APA ele se tornou o responsável pela fiscalização e licenciamento dentro da mesma. Mantendo uma relação amistosa e de cooperação com os demais agentes da proteção, deu o tom sobre a relação entre a sociedade local e a proteção. A SEMA, que atuava em conjunto com o ITC/ITCF, ambientalistas e ONGs⁷, reproduziam o discurso sobre a necessidade de se proteger a pequena agricultura elaborado pelo órgão estadual. O Macrozonemanto da APA de Guaraqueçaba, elaborado em 1989, evidencia esta afirmação (IPARDES, 1990).

A SEMA, embora participasse e apoiasse as ações do ITC/ITCF e procurasse implantar as UC, não manteve um contato tão direto quanto o órgão estadual com a população local (recursos humanos escassos, dificuldade de permanência na região além do tipo de ação que realizava).

Dentre os agentes da proteção constituiu-se uma unanimidade sobre a responsabilidade da degradação ambiental e das ameaças de degradação em Guaraqueçaba. A responsabilidade era atribuída aos neolatifundiários sobre as quais se concentravam as ações do ITC/ITCF.

⁷ Ambientalistas paranaenses e paulistas e, posteriormente, a participação da ONG SOS Mata Atlântica, foram importantes na “articulação política” para a efetivação da proteção junto à SEMA. Tiveram também um papel importante na denúncia das condições ambientais e sociais que caracterizavam Guaraqueçaba nos anos 80 (imprensa, movimentos).

Estes foram responsabilizadas ainda pelo deslocamento do pequeno agricultor para terras impróprias para o cultivo, pelo êxodo rural e pelos conflitos sociais principalmente em torno da posse da terra. O objetivo do ITC/ITCF – originariamente um órgão de terras - era impedir que estas empresas utilizassem meios ilícitos, como a grilagem, para se instalar em Guaraqueçaba. As ações de regularização fundiária – contestação de títulos e titulação de posses - se articulavam às ações de proteção ambiental com o mesmo objetivo: impedir o avanço das grandes empresas sobre Guaraqueçaba, evitando seus impactos “ambientais” e “sociais” (TEIXEIRA, 2004).

As ações de proteção ambiental realizadas pelo ITC/ITCF eram de fiscalização e licenciamento. Os depoimentos de fiscais e técnicos que trabalharam em Guaraqueçaba, confirmam que eram ações “policialescas”, cujo objetivo principal era a interdição de exploração dos recursos naturais pelos neolatifundiários, sobretudo a madeira, e pelos palmiteiros. Além da fiscalização, o ITC/ITCF atuou na incansável luta contra a construção da BR 101. Contava com a SEMA e com o Conselho do Litoral para embargar as tentativas de abertura clandestina dessa auto-estrada e impedir o avanço dos neolatifundiários (Id.).

A pequena agricultura, até aquele momento, não representava uma ameaça ao meio natural. Ao contrário, ela teria mesmo contribuído para a conservação dos recursos naturais devido à utilização de práticas tradicionais de produção, e em função do reduzido número de agricultores. As poucas práticas condenadas, como a queimada, ocorriam em pequena escala e não foram consideradas como responsáveis pela degradação ambiental (Id.).

No entanto, as ações de fiscalização atingiam também os pequenos agricultores, principalmente através do licenciamento para o uso dos recursos visando a produção. Ao lado do Código Florestal, o estado do Paraná através do Conselho do Litoral, legislou sobre o uso dos recursos no litoral de forma considerada rigorosa e burocratizou o licenciamento para as práticas tradicionais da pequena agricultura, o que muitas vezes atrapalhava ou impedia o desenvolvimento das suas práticas produtivas (Id.; MIGUEL, 1997). Os fiscais e técnicos do ITC/ITCF consideravam essas regulamentações e procedimentos rigorosos, mas que a função do órgão era aplica-los ou, em situações extremas, fechar os olhos para irregularidades que prejudicariam substancialmente o pequeno agricultor (TEIXEIRA, 2004).

A causa das práticas não apropriadas da pequena agricultura era a questão fundiária local, que fez com que os pequenos agricultores fossem expulsos das melhores terras, como afirma o chefe do escritório do ITC em Guaraqueçaba no início dos anos 80: “...algumas técnicas tradicionais poderiam continuar a existir: agricultura com a técnica do pousio, uso

coletivo da terra, que se procurava manter regularizando a propriedade (...) Eles promoveram a conservação e não a degradação”.

Não foi por outro motivo que as ações de regularização fundiária e impedimento de ocupação irregular foram constantes por parte do ITC/ITCF. Além destas, às ações “policialescas” foram acrescentadas outras ações paralelas que variavam de atração de ações de desenvolvimento agrícola (assistência técnica, implementação de programas, etc.) a ações assistenciais (organização de associações de produtores, campanha de vacinação e outras), fazendo com que se extrapolassem os objetivos e atribuições fixadas pela proteção ambiental. Tais ações refletiam a articulação existente entre a proteção ambiental e a defesa da pequena agricultura. Esta era uma “causa” abraçada pelo órgão governamental que se expressava paralelamente à proteção ambiental. Para a pequena agricultura, em conjunto com o rigor da fiscalização, considerado como uma obrigação dos órgãos fiscalizadores, era imprescindível criar condições para o desenvolvimento da pequena agricultura local. Isto se justificava não só pelo sentimento da necessidade de melhoria da qualidade de vida desta população, como também para que ela abandonasse práticas irregulares e contrárias aos interesses da proteção ambiental, como a coleta entregue aos palmiteiros. A pequena agricultura, assim como a pesca nas ilhas, era vista como a saída para ocupação da APA de Guaraqueçaba e não como um empecilho à proteção.

No período da implantação não havia uma discussão sistematizada sobre a relação entre a sociedade e o meio natural em Guaraqueçaba. Havia sim a conjunção de preocupações paralelas – a proteção ambiental e o desenvolvimento da pequena agricultura – que, aos poucos, articularam-se nas propostas de proteção e desenvolvimento local.

O período da consolidação da proteção ambiental em Guaraqueçaba

Após um período de implantação dos principais instrumentos de controle de uso dos recursos naturais, a proteção ambiental em Guaraqueçaba avançou no sentido da consolidação das UC. O período da consolidação iniciou-se em 1991 e estendeu-se até 1999 prevalecendo as ações que visaram a elaboração de um plano de gestão exigido para a implantação da APA. Nesse período os principais agentes da proteção foram o IBAMA e ONGs ambientalistas.

A realização da Rio-92 legitimou a noção de desenvolvimento sustentável que se reflete na integração do uso sustentável dos recursos naturais nas diretrizes internacionais e nacionais das UC (LEIS, VIOLA, 1996; NOBRE, 2002). A UICN define UC de “uso

sustentável” influenciando os modelos propostos e os já institucionalizados no Brasil (BRITO, 2000). As ONGs se desenvolvem, se organizam e se profissionalizam, imprimindo a racionalidade técnica em suas ações. Foi o momento da “cientifização” do movimento ambiental (DEAN, 2000; LEIS, VIOLA, 1996). Cada vez mais estas participam dos rumos da conservação no Brasil. Paralelamente instaurava-se a despolitização do movimento ambiental.

Os financiamentos internacionais para programas de proteção ambiental no Brasil (PNMA, Probio, PPG7)⁸ permitiram o desenvolvimento de ações voltadas a implantação das UC. A disponibilidade de recursos e a necessidade de recursos técnicos e financeiros por parte dos órgãos ambientais, aliada à profissionalização e capacidade de captação de recursos das ONGs, propiciou o desenvolvimento de parcerias entre órgãos ambientais e ONGs para executarem tais ações. A APA de Guaraqueçaba sofreu as influências dessa conjuntura (TEIXEIRA, 2004).

Ao nível estadual, o governo de 1991 retoma a discussão sobre o meio ambiente à luz da Rio-92. Promoveu a reorganização administrativa dos órgãos ambientais seguindo a tendência do país de estabelecer órgãos públicos autônomos para tratar as questões relativas ao meio ambiente. Em 1992 foram criados a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), vinculado à SEMA, uma fusão do ITCF com a Superintendência dos Recursos Hídricos (IAP, 2002).

A exclusividade ambiental dos órgãos recém-criados gerou um melhor aparelhamento do estado para lidar com a questão ambiental e com os recursos destinados exclusivamente ao meio ambiente. Mas, algumas questões se desvincularam da política ambiental, dentre elas, a atenção especial dada à “proteção” pequena agricultura familiar, que era uma preocupação originada na SEAB, a quem os órgãos anteriores estavam subordinados nos anos 80.

A mesma gestão implantou o ICMS ecológico, já previsto na Constituição Estadual de 1988, destinado aos municípios com mananciais de abastecimento hídrico e aos municípios que possuíam UC. Além disso, alguns programas “emergenciais” foram realizados, como a aquisição de equipamentos para os órgãos de fiscalização (PARANÁ.SEMA, 1994).

Na segunda metade dos anos 90, o governo que permaneceu de 1995 até 2002 estabeleceu uma política ambiental cuja principal característica foi a captação de recursos financeiros fora do estado, incentivando ações consorciadas em parceria com a iniciativa

⁸ Respectivamente: Programa Nacional do Meio Ambiente (1991), Projeto de Conservação e utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (1996) e Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (1992).

privada e a sociedade civil organizada. Como ocorreu com os órgãos ambientais federais, os rumos da política ambiental passaram a ser orientadas por ações para as quais houvesse financiamento, e não por uma *causa* ambiental ou social. (SEMA, 2002).

O desenvolvimento administrativo dos órgãos ambientais não foi acompanhado de um desenvolvimento dos recursos humanos, de infra-estrutura e de efetiva modernização administrativa. O processo de desestatização nacional se reproduziu no interferindo no alcance e desempenho dos órgãos ambientais (TEIXEIRA, 2004).

Enquanto as modificações ocorriam no estado, Guaraqueçaba mantinha seus problemas relacionados ao desenvolvimento socioeconômico. Os raros programas voltados à pequena agricultura nos anos 90 praticamente não alcançaram Guaraqueçaba. Ainda que o município tenha recebido o ICMS ecológico, isto não se reverteu em melhorias econômicas e sociais significativas, ou por incapacidade gerencial dos administradores municipais, ou por serem destinados a estratégias “desfocadas” das reais necessidades da sociedade local (KARAM, TOLEDO, 1996; MIGUEL, 1997; ROCHA, 2004). Manteve-se a desigualdade estrutural da sociedade rural local.

Já no final dos anos 80, os neolatifundiários haviam reduzido suas atividades em Guaraqueçaba, principalmente a exploração de madeira. Houve o desinteresse destes pela região transformada em um mosaico de UC, com constante controle sobre a utilização dos recursos naturais. Frustraram-se as expectativas em relação à construção da BR 101. Muitos abandonaram a região, ainda que mantivessem a propriedade de suas terras com vistas à valorização fundiária. Aqueles que permaneceram mantiveram a bubalinocultura como atividade principal até o final dos anos 90 (MIGUEL, 1997; RODRIGUES, 2002). Com isso praticamente cessaram os conflitos de terra e as ações de do estado para a regularização fundiária, ainda que não houvesse conseguido resolver a sobreposição de titulação na região (DOMINGUES, TEIXEIRA, 2002).

Para os agentes da proteção, ainda se considerava que a situação fundiária local favorecia o uso “intensivo e depredatório” dos recursos ambientais, interferindo no gerenciamento das UC ali instaladas. “Por um lado, a instabilidade fundiária gera a insatisfação da população e ação predatória. Ao mesmo tempo, a ação predatória e a insatisfação geram a instabilidade fundiária – com a comercialização de posses, instalação de residências de veraneio e a especulação imobiliária” (SPVS, 1992, p. 212). Apesar das constatações, não houve mais nenhuma ação do estado para resolução da questão fundiária na região.

A partir de 1989, estudos e diagnósticos sobre a agricultura em Guaraqueçaba mostram que a grande maioria dos agricultores estava composta de pequenos agricultores que viviam em condições precárias e apresentavam sérias dificuldades de reprodução do sistema produtivo e do sistema familiar. Faziam parte de “...uma economia agrícola frágil, que mesmo nos curtos períodos de relativa opulência, não permitiu à maioria das famílias se diferenciar “para cima” e entrar no circuito da acumulação de riqueza (mesmo explorando o recurso potencialmente extrativo)” (RODRIGUES, 2002, p. 65).

Como área protegida, a partir de meados dos anos 90 Guaraqueçaba atraiu algumas propostas de para a agricultura que consideraram as restrições ambientais impostas (agricultura orgânica, artesanato, fábrica de banana passa). Essas propostas foram orientadas por órgãos governamentais de desenvolvimento agrícola e por ONGs. O resultado destas ações se restringiu aos limites de alcance das instituições que os realizaram - uma localidade ou um grupo de produtores (TEIXEIRA, 2004; ROCHA, 2004).

Considerando as atividades produtivas que mais trouxeram impacto ao meio natural, algumas sofreram redução significativa, como a extração de madeira, outras se mantiveram, como a extração do palmito e a bubalinocultura e novas surgiram, como o turismo (MIGUEL, 1997; RODRIGUES, 2002; SPVS, 1994).

No período de consolidação da proteção ambiental, mais um instrumento legal foi implantado em Guaraqueçaba intensificando o controle de uso dos recursos naturais e agravando os efeitos perversos da proteção ambiental. Trata-se do Decreto Mata Atlântica de 1990 (Decreto Federal nº 99.547/90).

No sentido inverso à discussão desenvolvida até então sobre a relação entre ocupação humana aliada à conservação (BRITO, 2000; TEIXEIRA, 2004), este Decreto dispunha sobre a proteção da vegetação nativa da Mata Atlântica de forma bastante restritiva. Proibia, por prazo indeterminado, o corte e exploração da vegetação nativa dessa formação florestal (Art. 1º), praticamente determinando uma “moratória” no uso dos recursos florestais.

Ao rigor desta legislação se opuseram, enfaticamente, os órgãos ambientais do Paraná e vários segmentos da sociedade em todo o país, além dos representantes do IBAMA em Guaraqueçaba. Um novo decreto de 1993 tornou passível de corte raso a floresta em estágio inicial. Mas, isto não foi suficiente para a realização das práticas de cultivo e de conservação do solo utilizadas pelos pequenos agricultores. O pousio, por exemplo, tornava-se inviável, uma vez que o corte raso ocorria sobre a floresta em estágio mais adiantado (MIGUEL, ZANONI, 1998).

MIGUEL, ZANONI (1998) identificaram outras conseqüências das restrições de uso dos recursos naturais para a pequena agricultura se referindo à inadequação de determinadas restrições e procedimentos em relação às práticas produtivas locais e as condições de realização das exigências burocráticas. A dificuldade para a obtenção das autorizações obrigatórias para o desmatamento, por exemplo, prejudicava o calendário agrícola do sistema de cultivo de queimada, o que poderia inviabilizar o plantio.

Além da legislação ambiental, outro instrumento de proteção ambiental se estabeleceu em Guaraqueçaba: a Reserva da Biosfera Vale do Ribeira – Serra da Graciosa criada em 1991. Assim coroava-se a vocação de Guaraqueçaba para a conservação, tão desejada pelos órgãos ambientais e ONGs atuantes em Guaraqueçaba.

A repercussão imediata da Reserva da Biosfera está relacionada à atenção internacional para a proteção do bioma envolvido, atraindo investimentos e programas de pesquisa e desenvolvimento local. No caso de Guaraqueçaba, esta “marca” serviu para facilitar a aquisição de convênios e recursos, especialmente para as ONGs ambientalistas que ali desenvolveram suas ações⁹.

No período da consolidação da proteção, o IBAMA, agora com mais recursos financeiros e humanos, concentrou seus esforços na implantação da APA de Guaraqueçaba, dando continuidade ao iniciado no período anterior. Para isto, manteve sua característica de agir através de parcerias. A APA recebeu recursos do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) - Componente UC para a sua implantação. Uma re-elaboração do zoneamento e o plano de gestão foram, então, encaminhados.

Após a conclusão do Macrozoneamento da APA de Guaraqueçaba em 1989, o IBAMA, através do chefe das UC, havia estreitado relações com a ONG Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) para elaboração do plano de gestão. Em 1994, o IBAMA assinou um termo de cooperação técnica com SPVS/TNC¹⁰ (Convênio nº 10/94) e firmou um convênio de co-gestão da APA de Guaraqueçaba com a SPVS (Convênio 12/94). Os recursos não seriam exclusivos do PNMA, caberia a SPVS “captar recursos” para desenvolvimento de pesquisa e de planos de manejo, estes sempre em maior valor do que os recursos do poder público. Observa-se que o Convênio deixava a cargo

⁹ O Plano de Gestão Ambiental da APA de 1995 listou 36 instituições atuando em Guaraqueçaba, além dos órgãos estaduais e de duas universidades (UFPR e PUC-PR). Contudo, a maior parte destas entidades não realizava ações significativas em Guaraqueçaba (PARANÁ, 1995).

¹⁰ A TNC - The Nature Conservancy é uma ONG norte-americana com financiamentos e ações voltadas à conservação em vários países do mundo. Geralmente age através de intermediações de ONGs dos países envolvidos.

da SPVS uma responsabilidade muito grande sobre a gestão, caracterizando o que o IBAMA definiria mais tarde como “parceria no processo decisório” na qual os parceiros participam das decisões no planejamento básico das UC (Planos de Manejo e Planos de Gestão). O IBAMA mantinha a característica do órgão governamental de falta de recursos financeiros e humanos para realização de suas atividades, o que o fazia recorrer a parcerias com outros órgãos. Neste espaço, a SPVS se impôs como executor técnico das atividades de implantação da APA. A parceria com a SPVS legitimou a supremacia técnica e operacional desta ONG no que se refere ao desenvolvimento das ações de pesquisa, planejamento e implantação de programas.

A parceria entre IBAMA e SPVS regia-se pelo *Plano Integrado* elaborado pela SPVS em 1992, elaborado com recursos da TNC e já com o apoio do IBAMA. Este afirmava que “...a grande maioria das atividades antrópicas desenvolvidas na região são, se não incompatíveis, conflitantes com os objetivos de conservação de um dos últimos remanescentes da Floresta Atlântica e do complexo estuarino” (SPVS/TNC, 1992, p. 19. Grifo autor). Toda a sociedade local foi considerada como responsável pela degradação do meio natural não havendo um grupo específico sobre o qual as atividades de controle ou orientação de uso dos recursos naturais devessem se concentrar (TEIXEIRA, 2004).

O que passa a diferenciar os principais responsáveis pela degradação são suas técnicas de uso dos recursos naturais. Não há um grupo social, mas práticas de uso, mais ou menos responsáveis pela degradação ou pela conservação. Uma vez generalizada a responsabilidade pela degradação e a vocação da proteção ambiental de Guaraqueçaba, era necessário racionalizar o uso dos recursos naturais “...visando colocar de forma correta os recursos naturais à disposição de sua população *que deve receber preparação adequada para esse convívio em novas bases com a natureza*” (Id.). O documento se refere sempre a “uso sustentável”, não utilizando ainda “desenvolvimento sustentável”.

A perspectiva da SPVS sobre a inclusão da população na proteção ambiental tinha como fundamento a proteção do meio natural e não o desenvolvimento da sociedade local. Já não há mais atenção à pobreza e/ou à exclusão social em si. O problema da relação entre a população e o meio natural reside nas “técnicas” de uso dos recursos naturais. Se o objetivo é a proteção do meio natural, e na impossibilidade de excluir a ocupação humana - a região é uma APA e uma Reserva da Biosfera - como proceder para que haja o menor impacto antrópico possível sobre os recursos naturais? Adequando o uso dos recursos naturais à

vocação da APA através de pesquisas e de soluções técnicas, que se intensificaram no período da consolidação. A sociedade é, assim, naturalizada.

A pequena agricultura deveria ser controlada através da fiscalização e do desenvolvimento de técnicas de produção adequadas à vocação de Guaraqueçaba ou ainda através de programas de geração de renda. A viabilidade da pequena agricultura estava garantida para aqueles agricultores que mantiveram condições para o desenvolvimento de uma agricultura orgânica, para os quais se dirigiu um projeto da SPVS na localidade de Batuva. Aos demais, restavam outras soluções como o turismo e a produção artesanal. A perspectiva de desenvolvimento socioeconômico (auto-sustentado, ecodesenvolvimento) deu lugar ao uso racional dos recursos naturais, objetivo colocado na criação da APA.

A matriz do olhar predominante no período da consolidação não era o agricultor - a maior parte da população local, a mercê de grileiros e mergulhados na pobreza, sem escola e saúde - mas sim os impactos antrópicos sobre o meio natural. A afinidade com a agricultura dos agrônomos e técnicos agrícolas do ITC/ITCF engajados em movimentos por justiça social deu lugar à afinidade com o meio natural dos técnicos e pesquisadores das ciências biológicas e naturais, ou ainda das ciências sociais, engajados ao movimento ambiental e à referida ONG.

A partir do *Plano Integrado* a SPVS elaborou o *Programa Guaraqueçaba*. Este fez parte do convênio estabelecido entre o IBAMA e a SPVS em 1994, para a co-gestão da APA de Guaraqueçaba (Convênio 14/94). Ele foi constituído por projetos distintos que atuavam na pesquisa e implantação de tecnologias visando a conservação, na articulação institucional para planejamento e execução das ações, além de desenvolver ações comunitárias e de educação ambiental (SPVS, 1995a; SPVS, 1995b). Tais projetos atendiam aos objetivos estabelecidos, como a realização das atividades previstas no Plano Operacional Anual (POA) do IBAMA dos anos de 1994, 1995 e 1996 (educação ambiental, diagnóstico cultural, desenvolvimento comunitário, conservação do estuário).

Os projetos realizados pelo Convênio receberam recursos públicos do IBAMA - PNMA e do Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal - Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Contaram ainda com recursos da Fundação O Boticário, do Unibanco Ecologia, da MacArthur Foundation e da U.S.D.A Forest Service. Ou seja, um *pool* de financiamentos tornou possível a realização das primeiras ações de proteção junto à sociedade local que não eram simplesmente ações de controle de uso dos recursos naturais (fiscalização

e licenciamento) (SPVS, 1995a; MMA/FNMA/SPVS, 1995). A maior parte deles teve continuidade após 1996, alguns com reformulações ou compondo uma fase posterior.

A ação voltada à população mais significativa da SPVS era a educação ambiental, refletindo os objetivos definidos desde o início do desenvolvimento dos projetos com relação à população: a preparação da população. Era a educação do convencimento a uma determinação: a proteção. Já a auto-organização das comunidades era vista com reservas, gerando conflitos entre os componentes da equipe técnica da instituição. No entanto, por convencimento ou por obrigação, projetos com este componente foram sendo executados. (SPVS, 1995c, 1996). Essas pesquisas e discussões sobre o papel da população local na proteção ambiental, no entanto, eram realizadas paralelamente e não articuladamente com as principais ações de proteção da ONG. As exigências das instituições financiadoras forçaram a introdução na SPVS do componente social e cultural nos projetos de conservação em Guaraqueçaba, causando inclusive conflitos internos entre seus técnicos, particularmente entre os “cientistas naturais” e os “cientistas sociais” (TEIXEIRA, 2004).

Enquanto a parceira IBAMA/SPVS se afirmava, a presença do IAP em Guaraqueçaba foi reduziu-se significativamente. Por um lado pelo desmonte do órgão afetou sua capacidade de atuação em Guaraqueçaba. Por outro, as relações amistosas e de cooperação com os demais agentes da proteção foram sendo gradativamente substituídas por relações de conflitos. O IAP passa a ser considerado pelo IBAMA e pelas ONGs ali atuantes, como permissivo diante da fiscalização e do licenciamento. Principalmente a partir de 1996, o IBAMA passou a controlar funções antes atribuídas por ele ao IAP, como por exemplo, o controle sobre fiscalização e licenciamento. O IAP passou a submeter suas autorizações e parte dos licenciamentos a aprovação do IBAMA. No ano seguinte este órgão fecha seu escritório em Guaraqueçaba. Em 1999, o IBAMA questionava o IAP como instituição deliberativa em Guaraqueçaba, uma vez que a APA era federal. Praticamente o IAP cessa sua atuação na APA uma vez que não foram somente conflitos de idéias, mas conflito de poder sobre o espaço protegido. Sua ação se concentra no restante do litoral e o IBAMA /SPVS passam a determinar as ações de proteção em Guaraqueçaba.

As ações do IBAMA/SPVS em Guaraqueçaba se voltaram para várias frentes. Uma vez que as ações de controle não eram eficientes e suficientes para promover a obediência à vocação definida para Guaraqueçaba, urgia que, além da educação ambiental, outra ação para o uso dos recursos naturais fosse realizada. Neste sentido, desenvolveram-se projetos de assistência técnica e projetos de geração de renda cujo objetivo era racionalizar e uso dos

recursos naturais e anular as práticas predatórias, como a coleta clandestina do palmito. As instituições financiadoras também mantinham a idéia a qual a pobreza gerava a degradação ambiental.

Enquanto a concepção dominante motivava a maior parte das ações da proteção, a introdução das reflexões sobre a conservação das populações tradicionais estabelecia um contraponto. Através de diagnósticos e de ações junto à população local, idéias sobre relativização cultural, saber local, direito de uso dos recursos naturais e à compensação e direito à decisão sobre este uso, se colocavam paralelamente e instigavam a concepção em torno da solução técnica para resolver os problemas causados pelo impacto antrópico. As concepções e ações predominantes conviveram paralelamente com estas reflexões, aceitando-as enquanto exigência, mas ainda não incorporando-as como um instrumento para a proteção ambiental.

Conclusão

A proteção ambiental em Guaraqueçaba não foi única ao longo do tempo e sua história acompanhou as mudanças ocorridas no movimento ambiental, nas diretrizes internacionais sobre a questão ambiental, nas políticas ambientais nacionais e estaduais, na conjuntura política do país, nas instituições voltadas ao meio ambiente, além de acompanhar mudanças ocorridas na sociedade e no meio natural que se pretendia conservar. Ao final, ela não foi mera repetição das determinações globais, nem simples implementação de políticas previamente definidas, embora a elas estivesse intimamente relacionada. Ela foi construída a partir da articulação entre determinações “das mais globais” as “mais conjunturais e locais”.

No período da implantação o paralelismo entre proteção e justiça social levou a uma proteção na qual ainda não se articulava estas duas dimensões, caracterizando uma concepção social do papel da pequena agricultura. No período da consolidação, uma outra conjuntura influenciou o processo de proteção ambiental em Guaraqueçaba. Agora havia a presença de novos agentes – ligados exclusivamente à proteção ambiental - e redefinição das posições de controle sobre a proteção ambiental. Não se pensava mais em desenvolvimento paralelo à proteção, mas em desenvolvimento articulado à proteção numa relação de subordinação. Prevalece agora, uma concepção ambiental do papel da pequena agricultura na proteção.

A pequena agricultura não alterou estruturalmente sua precária condição de reprodução e, conseqüentemente, não alterou práticas como as roças e coletas de palmito

clandestinas. Os poucos resultados positivos em termos de melhoria de renda e qualidade de vida foram localizados, restritos a um número pequeno de agricultores. Mostraram que dependem de condições materiais e organizacionais de produção, o que a maior parte da pequena agricultura não possui. As questões mais estruturais, que efetivamente caracterizam uma visão da *sociedade* local, e não somente da *população* local, ainda não são fundamentais nos projetos que pretendem alterar técnicas de produção que assegurem a proteção do meio natural.

De certa forma, a proteção ambiental em Guaraqueçaba resistiu ao avanço das discussões sobre população em UC, até mesmo ao discurso mais aceito sobre as populações tradicionais. Este foi imposto aos agentes da proteção que não puderam ignorá-lo. A implantação de novas técnicas para produção ou de programas de geração de renda, por exemplo, encontraram seus limites quando foram executados porque as condições sociais foram secundarizadas ou negligenciadas. Em última instância, a sociedade foi se impondo aos esforços da proteção ambiental em Guaraqueçaba.

A proteção ambiental não foi o resultado nem da realização de uma concepção, nem a realização de determinações impostas por políticas ambientais ou diretrizes internacionais, e nem a realização de interesses de ONGs, segundo os princípios que as definem e os financiamentos que recebem. Ela incorporou e articulou todas estas dimensões, sem que uma só tenha sido mais determinante em todo o processo de proteção. Para cada momento um ou outro fator se impôs, caracterizando uma situação. A proteção ambiental em geral, e especificamente as ações que alcançaram a pequena agricultura, foi o resultado da relação dialética entre concepções e situação que constituiu a história da proteção. A concepção construída se deparava com situações específicas, exigindo reformulação, adaptação ou mesmo a sua “sublimação”, para que as ações de proteção ambiental se efetivassem.

Nesse sentido, nem a ótica da justiça social, nem a ótica ambiental conseguiram se implementar plenamente em Guaraqueçaba. Para uma e para outra perspectiva, situações se colocaram como obstáculos e a própria inter-relação entre os agentes da proteção fazia avançar ou recuar o idealizado.

Bibliografia

ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construções democráticas. VIANA et al. (org.) **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

BRITO, M.C.W. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Anablume/FAPESP, 2000.

DEAN, W. **A ferro e a fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DOMINGUES, Z.H. **História da cobertura florestal da Bacia do Rio Tagaçaba, município de Guaraqueçaba, Paraná**. Curitiba, 2004. 214f. Tese (Doutorado) - Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR.

DOMINGUES, Z.H., TEIXEIRA, C. **Apontamentos gerais sobre a situação fundiária de Guaraqueçaba**. Trabalho apresentado na disciplina Oficina II do Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. Curitiba, 2002.

FUNDAÇÃO SOS PRÓ-MATA ATLÂNTICA. **Dossiê complexo estuarino lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá de 1986**. (?) São Paulo, 1986.

IAP – INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. Histórico do Instituto Ambiental do Paraná. Disponível em <<http://www.pr.gov.br/celepar/sema/iap>> Acesso em 29, mar., 2002.

IPARDES – Instituto Paranaense de desenvolvimento Econômico e Social. **Zoneamento da APA de Guaraqueçaba**. Curitiba: IPARDES, 2001.

_____. **Macrozoneamento da APA de Guaraqueçaba**. Curitiba: IPARDES, 1990.

KARAM, K.F., TOLEDO, V. **Caracterização socioeconômica e cultural da população tradicional de Guaraqueçaba**. Curitiba: IPARDES, 1996.

LEIS, H., VIOLA, E. A emergência e evolução do ambientalismo no Brasil. Leis, H. **O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização**. São Paulo/Blumenau: Gaia/Fundação Universidade de Blumenau, 1996.

MIGUEL, L. de A. **Formation, evolution er transformation d’un système agraire dans le sud du Brésil (Litoral Nord de l’état du Paraná). Une Paysannerie face à une politique de protection de l’environnement: “Cronique d’une mort annoncée?”**. Paris, 1997. 293p. Tese (Doutorado) – Institut National Agronomique Paris/Grignon.

MIGUEL, L. de A., ZANONI, M. Práticas agroflorestais, políticas públicas e meio ambiente: o caso do litoral norte do Paraná. **Extensão Rural**. Santa Maria: DEAR/CPGEXR-CCR-UFSM, Ano V, Jan-dez, 1998.

NOBRE, M. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. NOBRE, M.,AMAZONAS, M.C. (orgs). **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: Ed. IBAMA, 2002.

PARANÁ. Comitê estadual de Meio Ambiente. **Programa Estadual do Meio Ambiente**. Curitiba, 1985.

PARANÁ. SEMA – Secretaria Especial de Assuntos de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Programas para o Meio Ambiente**. Curitiba, 1994.

PARANÁ. SEPL – Secretaria do Planejamento. **A gestão para o ecodesenvolvimento**. Curitiba, 1987.

ROCHA, J. M. **A sustentabilidade desfocada: as lógicas de políticas de desenvolvimento rural para áreas de proteção ambiental (APAs) – o caso de Guaraqueçaba, PR**. Curitiba, 2004. Tese (Doutorado) – Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR.

RODRIGUES, A . **A sustentabilidade da agricultura em Guaraqueçaba: o caso da produção vegetal**. Curitiba, 2002. 212p. Tese (Doutorado) – Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR.

ROUGELLE, V. **La crise de la pêche artisanale: transformation de l'espace et destructuration de l'activité – le cas de Guaraqueçaba (Paraná, Brésil)**. Nantes (FR), 1993. 410p. Tese (Doutorado) – Université de Nantes, UFR de Géographie.

SEMA - Secretaria Especial de Assuntos de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Diretrizes políticas**. Disponível em http://www.pr.gov.br/sema/DiretrizesPolíticas_arquivos/diretriz... Acesso em: 6, fev., 2002.

SPVS - Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e educação Ambiental. **Populações tradicionais na APA de Guaraqueçaba. Relatório de Pesquisa. Projeto co-gestão do manejo ambiental e desenvolvimento comunitário na APA de Guaraqueçaba, Paraná**. Convênio 12/94 SPVS-IBAMA (PNMA/UC). Curitiba, 1996.

_____. **Programa Guaraqueçaba**. Relatório anual 1994. Curitiba, março de 1995 a

_____. **Programa Floresta Atlântica Guaraqueçaba**. Informe Técnico: de 01 de janeiro a 31 de agosto de 1995. Curitiba: 15 de outubro de 1995b.

_____. **Comunidades pesqueiras na APA de Guaraqueçaba: uma caracterização sócio-cultural. Relatório de Pesquisa. Projeto co-gestão do manejo ambiental e desenvolvimento comunitário na APA de Guaraqueçaba, Paraná**. Convênio 12/94 SPVS-IBAMA (PNMA/UC). Curitiba, 1995c.

_____. **Programa Guaraqueçaba. Projeto viabilidade da agropecuária na região de Guaraqueçaba. Relatório Anual 1993-1994**. Curitiba: SPVS, 1994.

SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e educação Ambiental/ TNC – The Nature Conservancy. **Plano Integrado de conservação para a região de Guaraqueçaba**. Relatório Anual. Curitiba, 1992.

TEIXEIRA, C. **A proteção ambiental em Guaraqueçaba: uma construção social**. Curitiba, 2004. 302 p. Tese (Doutorado) – Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR.